

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES) DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO (DEGEP) DIVISÃO DE APOIO E ASSESSORAMENTO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	
	Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – COEM (Pandemia - Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)	ATA DE REUNIÃO Nº 28/2020
Data: 17.06.2020	Horário: 16h30	Local: Virtual (Aplicativo Microsoft TEAMS)

Estiveram presentes na reunião, realizada por meio virtual (*Aplicativo Microsoft Teams*):

1. Juíza Adriana Ramos de Mello (**Membro da COEM**);
2. Juíza Katerine Jatahy (**Membro da COEM**);
3. Juíza Juliana Cardoso Monteiro de Barros (**Membro da COEM**);
4. Juíza Luciana Fiala (**Membro da COEM**);
5. Procuradora Iloizio Barros Bastos (**MPRJ**);
6. Procuradora Carla Araújo (**MPRJ**);
7. Defensora Flávia Nascimento (**DPRJ**);
8. Defensora Matilde Alonso (**DPRJ**);
9. Delegada Juliana Amorim (**PCERJ - DGDEAM**);
10. Ten. Cel. Cláudia Moraes (**PMERJ**);
11. Dra. Rebeca Servaes (**OAB-RJ Mulher**);
12. Sra. Helena Piragibe (**CEDIM RJ**);
13. Sra. Marcia Vieira (**Secretaria Municipal de Saúde**);
14. Dra. Leila Adesse (**Coordenadoria Estadual da Saúde da Mulher**);
15. Sra. Maria José de Melo (**CEJUVIDA**);
16. Sra. Cristina Fernandes (**CIAM Márcia Lyra**);
17. Sra. Rosângela Pereira (**CEAM Chiquinha Gonzaga**).

As **Exmas. Juízas Adriana Mello e Katerine Jatahy, membros da COEM**, abrem os trabalhos 16h55min, dispensando a lista de presença, por tratar-se de reunião virtual através do aplicativo Microsoft *Teams*, e agradecem a participação de todas.

Iniciam as abordagens passando a palavra para as representantes do CIAM e CEAM, a fim de relataram como estão os atendimentos nos centros de referências.

Sra. Rosângela Pereira (CEAM Chiquinha Gonzaga) agradece as 178 cestas básicas recebidas, provenientes da campanha de doação realizada pela AMAERJ, para distribuir entre

as mulheres assistidas mais necessitadas. Em seguida, informa que a rotina dos atendimentos se mantem, conforme vem relatando nas últimas reuniões da Rede, e mantendo os grupos virtuais reflexivos.

Quanto ao CIAM Márcia Lyra, **Sra. Cristina Fernandes** informa que os atendimentos permanecem remotos, conforme relatados em reuniões anteriores. Contudo, tem percebido grande procura de mulheres idosas, em busca de apoio psicológico/mental por conta confinamento.

Com a palavra, a **Dra. Leila Adesse** (Coordenadora Estadual da Saúde da Mulher) discorre sobre um estudo em andamento, dentro de uma temática chamada “*rede cegonha*” idealizado nas reuniões com as nove regionais de saúde (englobando 92 municípios), com foco no período gravídico-puerperal, mas também incluindo a questão da violência contra a mulher, para identificar como está o atendimento da saúde e conscientizar os órgãos quanto ao crescimento dessa violência.

Informa que estão em fase de consolidação e se propõe a trazer o resultado para a reunião da Rede, se assim o desejarem, quando finalizar. Contudo, antecipa que tem sido positivo identificar como está organizada a questão da saúde, junto com a Rede, nos municípios.

Sra. Marcia Vieira (Secretaria Municipal de Saúde) informa que fez um trabalho de divulgação com os GARs (grupos articuladores) dos núcleos regionais, sobre as funcionalidades e os canais de atendimentos dos centros de referências, para que as mulheres sejam informadas sobre a existências desses centros de apoio.

Ao ensejo, compartilha sobre a inauguração da sala lilás em Petrópolis, realizada nesta data e transmitida via aplicativo Facebook do Prefeito da Cidade.

A **Juíza Adriana Mello** discorre sobre relatos que tem recebido de mulheres que comparecem nas Delegacias para o RO e são orientadas a realizarem on-line, pois RO presencial somente em casos de feminicídio e estupros. Dito isso, indaga a Dra. Juliana Amorim se isso procede.

A **Delegada Juliana Amorim** informa que, no âmbito das DEAMs, todas estão orientadas a atenderem casos da Lei Maria da Penha, em quaisquer circunstâncias, tomando as devidas precauções do distanciamento, para as vítimas que se apresentam nas unidades. Relata que essas recusas podem estar ocorrendo nas Delegacias distritais e que já propôs, internamente, um adendo na Resolução 152/2020, recém publicada na PCERJ, solicitando inclusão dos casos da Lei Maria da Penha na lista dos que podem ser atendidos

presencialmente, para que as Delegacias de bairro possam atuar dessa forma, pois a resolução menciona de forma muito genérica, informando que devem ser atendidos presencialmente os casos que o Delegado avaliar necessidade de urgência (além dos casos já citados, como: roubos e furtos de veículos, homicídios e remoção de cadáveres, prisões em flagrante).

Dra. Adriana Mello avança a possibilidade da COEM enviar um Ofício ao Secretário de Polícia Civil do Estado para que a PCERJ acolha e atenda essas mulheres que estão optando e se arriscando em comparecer nas Delegacias, considerando as várias reclamações que o grupo nacional da campanha CNJ tem reportado, de mulheres que não estão sendo atendidas adequadamente pelas unidades da Polícia Civil do Rio de Janeiro, nesse momento de pandemia.

A **Juíza Katerine Jatahy** discorre que essa pauta foi bastante debatida nas reuniões com a PCERJ, reforçada no BI da Polícia Civil e, inclusive, na capacitação dos agentes, ocorrida no dia 16 de junho. A Magistrada sugere que casos pontuais sejam encaminhados à Ouvidoria da PCERJ, à medida que forem surgindo.

Em complemento, a **Juíza Adriana Mello** propõe para que as vítimas, com dificuldades de atendimento, sejam na Polícia, na Defensoria ou no Tribunal de Justiça, sejam orientadas a acionarem a Ouvidoria da respectiva Instituição.

A **Defensora Flávia Nascimento** relata que, mediante algumas abordagens com os municípios, tem percebido pouca integração da Rede local e que os centros de atendimentos especializados são pouco acionados. Dito isso, propõe para que todas, em suas respectivas instituições, tentem estimular essa aproximação com os serviços especializados locais.

A **Juíza Katerine Jatahy** corrobora e relata que essa pauta está em total sintonia com o material que ela divulgara com as participantes da reunião para pensarem na articulação de uma Rede Estadual bem estruturada e replicada em todos os municípios.

Dra. Lúcia Iloizio relata dois casos concretos de não atendimento no 197 e indaga a Delegada Juliana Amorim como estão as tratativas internas para melhorar o canal.

Dra. Juliana responde que também não está satisfeita com o desempenho do atendimento, pois fez novos testes, durante dois dias, a maioria sem sucesso, e que, na condição de intermediadora, está reportando a todo momento, para o responsável pelo canal, todos os feedbacks e relatos de tentativas de ligações não atendidas ou com problemas para completar o atendimento. Discorre, inclusive, que está gravando os testes para levar ao conhecimento do atual Secretário de Polícia.

No entanto, pondera informando que neste início está tudo ainda muito volátil e incipiente, mas que está fazendo de tudo para sensibilizar a Instituição quanto à importância do tema. A Delegada complementa que, atualmente, possui apenas três linhas de telefone de ramificação do 197, mas que já houve uma reunião entre a PCERJ e a Operadora Oi para disponibilizar mais linhas.

Sra. Helena Piragibe (CEDIM RJ) informa que estão com as inscrições abertas para o Fórum Estadual de Conselheiras e Gestoras, programado para dia 25 de junho, cuja pauta é o enfrentamento da violência na pandemia e, até o momento, já recebeu mais de 100 inscrições.

Compartilha que fez uma reunião com a Subsecretária Estadual de Políticas para as Mulheres e foi informada que a questão financeira para formalizar a legislação do aluguel social, passou pela análise da Procuradoria e está parada na Casa Civil.

Dra. Rebeca Servaes (OAB MULHER) sinaliza que já iniciou a divulgação da campanha “**Sinal Vermelho**” dentro da OAB e os Presidentes da OAB Nacional, OABRJ e CAARJ farão um vídeo de apoio à campanha e fomentando a participação dos homens nesse pleito.

Com a palavra, a **Ten. Cel. Cláudia Moraes** (PMERJ) discorre que a Patrulha continua atuando intensamente, conforme vem relatando nas reuniões, e relata que os patrulheiros também estão ajudando nas entregas das cestas básicas, doadas pelas AMAERJ e pela Subsecretaria dos Direitos Humanos.

Na oportunidade, aventa a possibilidade da COEM contribuir com insumos jurídicos, seja através de capacitações e/ou criação de protocolos para que os Patrulheiros saibam lidar com diversos questionamentos das vítimas envolvendo, por exemplo, guarda de filhos etc. O objetivo é que a Patrulha tenha uma instrução jurídica básica e saiba até que ponto poderá ajudar ou agir, legalmente.

A **Juíza Adriana Mello** responde que pode ajudar, inclusive através da EMERJ que já tem uma estrutura montada, via *aplicativo Zoom* para atingir um público amplo nessas capacitações virtuais.

Por fim, a magistrada finaliza sintetizando sobre a campanha “**Sinal Vermelho**” e faz um apelo para que todas ajudem na divulgação, inclusive nas farmácias e, principalmente, nos interiores do Estado, e delibera para a COEM enviar aos participantes da reunião a lista de farmácias da rede ABRAFARMA, para ciência. (DELIBERAÇÃO 01)

Nada mais a tratar, as **Exmas. Juízas Adriana Mello e Katerine Jatahy** encerram a reunião às 18h55 e designam a próxima para o dia 24 de junho, às 16h30. (DELIBERAÇÃO 02)

JUÍZA ADRIANA RAMOS DE MELLO
Membro da COEM

JUÍZA KATERINE JATAHY KITSOS NYGAARD
Membro da COEM

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Enviar aos participantes da reunião a lista de farmácias da rede ABRAFARMA, para ciência.	DICOL/COEM	Até 05 Dias
02	Enviar o convite da próxima reunião da Rede, designada para o dia 24 de junho de 2020, às 16h30.	DICOL/COEM	Imediato

CERTIDÃO
Certifico que a presente Ata
foi assinada em __/__/2020.

Rodrigo O. T. Almeida
Chefe de Serviço do SEATE